

ALFABETIZAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

no décimo aniversário do falecimento de Linda Bimbi (2016-2026)

22 de maio de 2026

Sala del Carroccio, Campidoglio

Roma

Na década de 1960, num contexto histórico de profundas mudanças sociais, políticas e culturais de caráter global, o conceito e as práticas de alfabetização conjugaram-se com a defesa dos direitos humanos num processo virtuoso de aquisição de consciência e de tomada de consciência da condição de existência individual e coletiva.

A alfabetização, entendida como premissa para a afirmação dos direitos e como prática de liberdade (*educação emancipatória*, para usar as palavras do pedagogo brasileiro Paulo Freire), propôs-se desde então como um projeto de conhecimento e compreensão dos direitos fundamentais e afirmou-se como fator decisivo nos processos de descolonização e nos movimentos de libertação.

Neste contexto, destacou-se a obra de Linda Bimbi (1925-2025), ex-missionária religiosa no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, educadora, fundadora de escolas populares e, de regresso a Itália no final da década de 1960, protagonista dos movimentos de solidariedade internacional e, desde 1976, secretária-geral da Fundação Internacional Lelio Basso.

A ela se deve o conhecimento de Paulo Freire em Itália, cujas publicações traduziu e editou, e as suas palavras e ações contribuíram para delinear uma nova forma de entender as relações entre o Norte e o Sul do mundo. Partindo da busca permanente por novas subjetividades sociais, culturais e políticas e oferecendo uma interpretação lúcida dos processos de transformação global, Bimbi desenvolveu uma pesquisa constante e sempre aberta de elaborações teóricas capazes de traduzir em ações práticas a defesa dos direitos humanos: da luta pelo direito dos povos à ligação entre cultura e política, da superação do etnocentrismo cultural ao estudo da relação centro-periferia.

O colóquio pretende partir da figura de Linda Bimbi para centrar a atenção no binómio alfabetização-direitos humanos, percorrendo alguns dos passos históricos internacionais mais significativos e aprofundando a ligação conceptual nas culturas pedagógicas, sociológicas e políticas. O olhar para o passado estender-se-á ao presente com uma mesa redonda sobre o chamado «analfabetismo de regresso» e o «analfabetismo funcional», que impedem a participação plena e ativa de amplas camadas da população italiana na vida política, económica e social do país.

Programa

10h00

Saudações institucionais

Massimiliano Smeriglio, vereador da Cultura de Roma Capitale (*Convidado*)

Antonella Melito, vereadora do PD de Roma Capitale
Renato Mosca, Embaixador do Brasil
Franco Ippolito, Presidente da Fundação Lelio e Lisli Basso

10h30-13h00

Linda Bimbi e a alfabetização na história dos direitos humanos

Coordenação: **Giancarlo Monina** (Universidade Roma Tre)

Paolo Vittoria (Universidade Federico II)
Pedagogia crítica e educação popular

Aurora Bulgarelli (Unilink)
Alfabetização, voz e poder: percursos de autodeterminação entre Freire e Hooks

Roberto Vecchi (Universidade de Bolonha)
O Brasil da Irmã Raffaella

Giorgio de Marchis (Universidade Roma Tre)
A alfabetização linguística nos processos de libertação das colônias portuguesas

pausa para almoço

15h00-17h00

Andrea Mulas (Fundação Basso)
O percurso biográfico de Linda Bimbi

Mesa redonda

Coordenação: **Ilaria Vietina**, ex-vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Lucca
Franco Ippolito, presidente da Fundação Lelio e Lisli Basso
Fausto Tortora, vice-presidente da Fundação Lelio e Lisli Basso
Luciana Castellina, ex-deputada italiana e europeia, jornalista
Lucia Capuzzi, jornalista do Avvenire
Marina Forti, diretora da Escola de Jornalismo Lelio Basso
Gianni Tognoni, secretário-geral do Tribunal Permanente dos Povos
Giuseppe Tosi, Universidade Federal da Paraíba

LEI DE AMNISTIA E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL

A contribuição de Lelio Basso e Linda Bimbi

Giuseppe Tosi - UFPB

Agradeço vivamente aos professores Giancarlo Monina e Andrea Mulas por me terem convidado a participar nesta prestigiada mesa redonda. Foi-me pedido que desse o meu testemunho sobre o papel de Lelio Basso e Linda Bimbi na promulgação da lei brasileira de amnistia de 1979,

A Fundação Basso e a Universidade Federal da Paraíba promoveram, em 2019/20, um projeto de investigação financiado pelas ex-alunas brasileiras de Linda Bindi, com o objetivo de digitalizar os documentos do arquivo do Tribunal Russell II sobre a América Latina, um dos mais importantes e significativos tribunais de opinião, presidido por Lelio Basso e Linda Bindi

Como resultado desta investigação, foi publicado em 2020 o livro «*40 anos da anistia no Brasil. Lições dos tempos de lutas e resistência*»¹. E foram traduzidos para português os atos das quatro sessões do tribunal realizadas na década de 70. Livros que reconhecem o papel de Linda Bimbi e de Lelio Basso no apoio, com solidariedade internacional, à amnistia «ampla, geral e irrestrita» que os movimentos contra a ditadura exigiam.

O debate sobre a lei de amnistia insere-se no contexto do processo de transição da ditadura para a democracia. São cinco os eixos fundamentais da política de transição.

1. A **justiça**, ou seja, a punição dos crimes de violação dos direitos humanos, prisão arbitrária, tortura, sequestro de pessoas e *desaparecimentos* provocados pela ditadura. O mais feroz dos instrumentos de tortura, porque já não se tinha notícias dos entes queridos!
2. a reconstrução da **memória histórica** das vítimas da ditadura «*Para que nunca mais se esqueça, nunca mais aconteça*», para nunca esquecer e evitar que estes episódios de violência se repitam
3. a reforma das **instituições estatais**, sobretudo as de segurança pública, a polícia (uma das mais violentas do mundo) e o exército (com saudades da ditadura);
4. a **reparação** moral e a **indenização** material para reconhecer oficialmente as responsabilidades do Estado pelas violências praticadas e conceder uma indenização económica às vítimas.
5. a **reconciliação**, ou seja, a renovação do pacto social para a convivência democrática, em que a oposição não seja considerada um inimigo a ser exterminado numa lógica militar, mas sim o adversário com quem conviver e dialogar.

Em relação a estes 5 eixos, os governos democráticos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff tomaram medidas (embora tardias)

¹ TOSI, G. – GUERRA, L. – ZENAIDE, M de N. «*40 anos da anistia no Brasil. Lições dos tempos de lutas e resistência*», Lumen Juris, 2020. DESCARREGAR e-book - amazon.br.

para reparar moralmente e indenizar economicamente as vítimas da ditadura e para reconstruir a memória histórica, sobretudo no governo da presidente Dilma Rousseff. Mas a lei de anistia bloqueou as tentativas de punir os responsáveis pelas torturas no regime militar, porque o Supremo Tribunal Federal (semelhante ao nosso Tribunal Constitucional) declarou, em 2010, a sua constitucionalidade; apesar de a lei conceder anistia aos opositores políticos (mas não a todos) e, ao mesmo tempo, amnistiar os torturadores sem sequer revelar a sua identidade. Uma lei de «autoamnistia» promovida pelos militares.

Podem imaginar que os objetivos mais ambiciosos — a **reforma das instituições de segurança pública e a reconciliação entre os cidadãos e as forças sociais e políticas** — não foram alcançados, porque pressupunham, no mínimo, uma partilha da memória histórica sobre a ditadura que não existia e ainda não existe: e parece que nem sequer existe em Itália no que diz respeito ao fascismo e à resistência.²

É neste contexto que se pode compreender melhor como, apesar do processo de democratização levado a cabo pelas forças progressistas, o Brasil permitiu a (ir)resistível ascensão do bolsonarismo de extrema-direita, que produziu um brutal retrocesso institucional em várias áreas.

O início deste retrocesso foi *o impeachment* da presidente Dilma, um verdadeiro golpe institucional. Sobre este episódio, **gostaria de dar aqui um testemunho pessoal**. Durante a sessão das Câmaras reunidas para a votação do impeachment, em 17 de abril de 2016, eu estava com a minha esposa Inez e alguns amigos no centro de São Paulo a acompanhar a votação num ecrã gigante, juntamente com dezenas de milhares de manifestantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e de outros partidos de esquerda. Sempre que um deputado votava «sim», ouvíam-se vaias e aplausos para os poucos que votavam «não» ao impeachment: a derrota já estava no ar.

Nessa sessão, as motivações apresentadas pelos deputados e senadores para destituir a presidente Dilma foram das mais pretextuosas e incoerentes, pondo em evidência a escassa ou baixa qualidade política, moral e cultural de uma parte significativa dos parlamentares; **mas o deputado Jair Bolsonaro conseguiu superar todos eles**. A certa altura, pegou no microfone e declarou o seu voto favorável, literalmente com estas palavras:

«Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Fórum de São Paulo, em memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o terror de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim.»

O público na rua ficou estupefacto e sem palavras: até os assobios ficaram presos na garganta e demoraram a sair, perante o espanto daquela declaração. O site brasileiro da BBCNews comentou no dia seguinte:

² Seria interessante fazer uma comparação entre as duas transições, o que provavelmente revelaria a “generosidade” da Itália do pós-guerra com o fascismo e uma lei de anistia (de 22 de junho de 1946, também conhecida como lei Togliatti) muito mais abrangente e indulgente do que a brasileira.

«Chocante», «Execrável», «Deprimente». Estes foram alguns dos termos usados pelos ativistas dos direitos humanos ao comentar a homenagem prestada pelo deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) ao coronel Brilhante Ustra, o primeiro militar reconhecido pela justiça brasileira como torturador. Durante o regime militar, entre 1970 e 1974, Ustra esteve à frente do DOI-Codi do Exército de São Paulo, órgão de repressão política do governo militar. Lá, sob o comando do coronel, pelo menos 50 pessoas foram assassinadas ou desapareceram e outras 500 foram torturadas, segundo a Comissão Nacional da Verdade”.

Foi uma afirmação estapafúrdia... esta é a palavra brasileira que traduz todo o absurdo da justificação do voto de Bolsonaro. Na minha ingenuidade, pensei que Bolsonaro seria repudiado, julgado e destituído por apologia à tortura, mas foi aplaudido pela maioria dos parlamentares. É neste contexto sombrio que Bolsonaro venceu as eleições em 2018 (quando Lula estava na prisão), que não reconheceu a vitória de Lula em 2022 e tentou um golpe de Estado a 8 de janeiro de 2023, pelo qual foi indiciado e condenado pelo Supremo³

Mas o bolsonarismo não acabou, continua forte e competitivo neste momento histórico de crescimento da extrema-direita em todo o mundo e as próximas eleições brasileiras em outubro deste ano serão um teste não só para o Brasil, mas para toda a América Latina.

Gostaria de concluir com outro testemunho pessoal.

Em 1972, deparei-me com um livro intitulado «Dos porões da História», de Frei Betto, que, pela primeira vez, denunciava publicamente a existência da tortura de presos políticos no Brasil.

Eu tinha deixado o seminário, estudava filosofia na Universidade Católica de Milão e procurava um rumo para a minha vida. O livro foi escrito por Frei Betto com uma caligrafia minúscula em pequenos rolos de papel e guardado no espaço vazio de um cinto que o frade trocava periodicamente com a Irmã Valéria Rezende, sua amiga, quando ela o visitava na prisão. Foi assim que Valéria conseguiu recuperar, datilografar e levar pessoalmente as folhas para Itália, onde as entregou a Linda Bimbi e Lelio Basso, que o traduziram e publicaram em italiano. Só anos mais tarde é que o livro foi publicado no Brasil com o título *Cartas do Cárcere*.

Nunca teria imaginado, naqueles tempos longínquos, que anos mais tarde eu e a minha esposa Inez iríamos trabalhar com a Irmã Valéria na diocese de Guarabira com o bispo progressista Dom Marcelo Carvalheira, nem que, muitos anos depois, eu iria editar um livro em homenagem a Linda Bimbi e Lelio Basso. Esta é uma das muitas coincidências felizes (ou destino!) da minha vida que me ajudaram a encontrar o caminho que eu procurava!

Obrigado!

³ Ao contrário de Trump que, após a invasão do Capitólio, foi reeleito!